

**ANEXO XII**

**PROCEDIMENTOS, DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES PARA OPERAÇÕES DE FUSÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS**

I - Os requerimentos de licenciamento de fusão de planos de benefícios devem ser instruídos com os seguintes documentos:

- a) expediente explicativo;
- b) Termo de Responsabilidade de Fusão de Planos de Benefícios;
- c) texto da proposta de regulamento do plano de benefícios resultante da operação;
- d) nota técnica atuarial do plano de benefícios resultante da operação;
- e) texto das propostas de convênios de adesão firmados em relação ao plano de benefícios resultante da operação;
- f) relatório sobre demandas judiciais e extrajudiciais em que a EFPC figure como parte, relacionadas aos planos de benefícios envolvidos na operação, posicionado na data-base, contendo:
  - 1) a identificação das demandas e sua natureza;
  - 2) a classificação das demandas quanto ao risco para fins de contingenciamento;
  - 3) o valor provisionado relativo a cada ação, quando for o caso; e
  - 4) a totalização dos valores provisionados, quando for o caso.
- g) Termo de Fusão de Planos de Benefícios contendo, no mínimo:
  - 1) a identificação e qualificação das partes e representantes legais;
  - 2) a identificação dos planos de benefícios envolvidos na operação, especificando suas modalidades e os responsáveis pelo seu custeio;
  - 3) a data-base da operação;
  - 4) cláusula de rescisão dos convênios de adesão em relação aos planos de benefícios objeto de fusão;
  - 5) os critérios para o tratamento dos resultados dos planos de benefícios envolvidos na operação;
  - 6) os critérios para o tratamento e a forma de unificação dos exigíveis, do patrimônio de cobertura, das provisões matemáticas e dos fundos existentes nos planos de benefícios envolvidos na operação;
  - 7) o prazo para finalização da operação, a ser estabelecido a partir da data de autorização; e
  - 8) o foro para dirimir todo e qualquer questionamento acerca da operação;
- h) relatório da operação, posicionado na data-base, em formato “xlsx”, disponível no sítio eletrônico da Previc na internet; e

i) manifestação favorável do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle do patrocinador, no caso de patrocinadores sujeitos ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 108, de 2001;

II - O regulamento do plano de benefícios resultante da operação não deve dispor sobre os critérios estabelecidos no Termo de Fusão de plano de benefícios;

III - O relatório da operação deve demonstrar a aplicação dos critérios estabelecidos no Termo de Fusão de plano de Benefícios;

IV - Os documentos que subsidiarem o relatório da operação devem permanecer na EFPC, à disposição da Previc, pelo prazo de sessenta meses, contados da data-efetiva;

V - Fica dispensada a apresentação dos documentos referidos no inciso I, alínea “d” e alínea “h”, item 3, no caso de plano no qual todos os benefícios estejam permanentemente ajustados ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção; e

VI - Quando da finalização da operação, devem ser enviados à Previc os seguintes documentos:

a) expediente explicativo;

b) Termo de Responsabilidade de Finalização de Fusão de plano de benefícios; e

c) aqueles mencionados no inciso I do anexo XX, em relação a cada plano de benefícios a ser extinto em decorrência da operação.